

Alpheus Manghezi

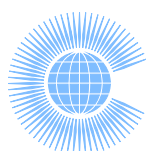
Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: O colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência c. 1895-1981

Entrevistas 3

First published by Arquivo Histórico de Moçambique, CEA in 2003

Republished in 2012 by the Ruth First Papers Project

www.ruthfirstpapers.org.uk



Institute of
Commonwealth Studies

SCHOOL OF ADVANCED STUDY • UNIVERSITY OF LONDON



UNIVERSIDADE
EDUARDO MONDLANE
CENTRO DE
ESTUDOS
AFRICANOS

A ALDEIA COMUNAL DE XIMBONGWENI

Entrevista 4.9.81

Nota do Autor: Em 4 de Setembro de 1981, uma delegação de investigadores, constituída por cientistas sociais do Centro de Estudos Africanos da UEM, da Universidade Nacional do Lesoto e da antiga República Democrática Alemã visitou a Aldeia Comunal de Ximbongweni, em Guijá. O resumo do Secretário do Conselho Executivo sobre a história da aldeia foi seguido de uma sessão aberta de Perguntas e Respostas.²

Secretário: Em 1977, o Terceiro Congresso do Partido FRELIMO explicou a necessidade de se criarem aldeias comunais. Aqui, no Guijá, este anúncio coincidiu com as cheias que afectaram muito as comunidades que estavam fixadas nas margens do Rio Limpopo, onde cultivavam o solo muito rico, da *nhaca*. As cheias deram assim um ímpeto ao governo para a mobilização das populações com vista ao seu reassentamento nas aldeias comunais. A nossa aldeia comunal foi fundada em 18 de Abril de 1977.

Esta aldeia está dividida em *Bairros*: os Bairros 1 e 4 foram os primeiros a ser construídos, seguidos pelo Bairro 5 e pela Cooperativa de Consumo, em 1978. A construção da Cooperativa Agrícola só foi iniciada no ano passado. Embora as coisas não tenham funcionado muito bem na nossa aldeia, esperamos que haja uma mudança para melhor; por exemplo, a cooperativa adquiriu agora uma bomba de água, o que nos permitiu produzir batatas, milho e feijão na nossa primeira colheita.

Existem três escolas na aldeia: duas vão até a *Quarta Classe*, e a terceira até a *Terceira Classe*. Uma casa, agora em construção, será o local de reuniões para os 36 deputados da aldeia. Uma casa recentemente construída, que se pretende que seja uma creche, será entretanto usada como centro de saúde, visto que não temos o equipamento necessário para fornecer à creche. Embora,

² Os membros da equipa de investigação foram: Alpheus Manghezi, Dan O'Meara, Michael Sefali, Klaus Ernst, Klaus Hutschenreuter e Luciano Jossefa (motorista).

presentemente, não tenhamos fornecimentos médicos, esperamos que estes estejam disponíveis em breve. De facto, a casa está neste momento a ser usada como armazém para as colheitas da cooperativa agrícola. A casa a seguir, também concluída, será para a estação de transmissão da rádio para a aldeia. A casa agora em construção a seguir à estação de rádio será a Estação de Correios da aldeia. Existe ainda uma outra casa concluída, que servirá de cooperativa de alfaiates para produzir roupa para homens, mulheres e crianças. Presentemente existem apenas dois alfaiates com máquinas de costura.

O mercado da aldeia é lá, atrás daquela árvore! O mercado está fechado hoje porque os vendedores foram para o Limpopo comprar vegetais no CAIL (Complexo Agro Industrial do Limpopo), em Chókwè. O mercado só abre no dia seguinte porque os vendedores têm de passar um dia a viajar até Chókwè para comprar os géneros alimentícios que vendem. A padaria situa-se perto do mercado. Nós só recebemos pão três vezes por semana, quando mandam cerca de 2.000 pães. O matadouro público, para onde os proprietários de gado levam a suas manadas para matar para fornecer carne à aldeia, está localizado justamente depois da padaria. Há duas pessoas na aldeia que receberam formação como carniceros. Os que querem abater um boi têm de notificar as autoridades da aldeia, que por seu turno, avisam as comunidades de que haverá carne à venda num certo dia. Embora qualquer decisão de abater um boi dependa dos próprios donos, a carne está disponível, em geral, pelo menos uma ou duas vezes por semana. Aquela casa, atrás de nós, que está ainda em construção, é a Casa de Cultura, na qual se realizarão todas as actividades culturais da aldeia. A sua conclusão está demorada devido à carência de materiais de construção como, por exemplo, tijolos. Temos que usar bois para transportar qualquer material desde o Guijá, sempre que estiver disponível. Também construímos uma casa de hóspedes para acomodar os visitantes que tenham que pernoitar na aldeia. No fim dos comentários introdutórios do Secretário, a equipa de investigação apresentou questões, a maior parte das quais foram respondidas pelo Secretário do Conselho Executivo (Agostinho Siteo) pessoalmente:

P: Quantas pessoas vivem nesta aldeia comunal?

R: Existem 7.606 residentes.

P: Quantos é que são membros do Partido?

R: Há 34 membros.

P: Quantas famílias existem na aldeia?

R: Existem 1.158 famílias.

P: Quantas pessoas pertencem à cooperativa como membros?

R: (*Presidente:*) A cooperativa não tem associados; espera-se que toda a gente contribua com trabalho para a cooperativa. O plano futuro é que a cooperativa seja organizada de acordo com os membros que se associarem. Presentemente enfrentamos o problema das pessoas não frequentarem nem irem trabalhar quando se espera que o façam, por causa da forma como as coisas estão. A solução para este problema é as pessoas associarem-se como membros permanentes. Para efeitos de contribuição em termos de trabalho para a cooperativa (o arranjo actual), os bairros são divididos em grupos de 400 pessoas, que fazem turnos para trabalharem na cooperativa.

P: Existe alguma estrutura que dirige a cooperativa?

R: Existe uma estrutura de liderança que dirige e controla a cooperativa – com o presidente no topo; esta é a direcção da cooperativa.

P: O director da cooperativa é a mesma pessoa que é o chefe da aldeia comunal?

R: Sou o presidente da cooperativa, e sou também o Presidente do Conselho Executivo da Aldeia Comunal. A direcção que dirige a aldeia comunal é também responsável pelo funcionamento da cooperativa. Posso indicar para vocês um dos problemas que temos na cooperativa? Bem, embora tenhamos um bomba de água, o tubo que vai para dentro da água é muito curto. Isto significa que, para ter a água, somos forçados a colocar a bomba no declive, correndo assim o risco de ela [bomba] submergir ou ser mesmo arrastada quando os níveis de água sobem durante as grandes chuvas. Não sabemos o que fazer para resolver este problema.

P: Vocês é que compraram a bomba de água, ou foi dada pelo governo?

R: Recebemos esta bomba depois da visita do Ministro Guebuza, quando ele se apercebeu de que muitas culturas estavam a perder-se nas cooperativas por falta de bombas de água. Depois dessa visita, várias cooperativas, incluindo a nossa, receberam bombas de água, muitas das quais eram idênticas.

P: Onde é que vocês viviam antes de se fixarem nesta aldeia, e a que distância ficavam daqui? Ainda têm que voltar para trás para cultivarem as vossas machambas? A que distância fica a cooperativa da aldeia?

R: Vivíamos lá em baixo no *nyaka* [solos ricos ao longo das margens dos rios] – todas as famílias viviam lá em diferentes propriedades. As casas estavam construídas a uma distância segura do rio e não podiam ser afectadas pelas cheias normais mesmo que o rio transbordasse. Os campos estavam próximas das propriedades, embora uma família pudesse ter uma machamba próxima da casa de uma outra. As cheias de 1977 afectaram muita gente porque não foram cheias normais. Por isso, como resultado, fomos todos mobilizados para construir e viver nas aldeias comunais. A distância daqui para as nossas machambas é de 6 Km. Nós viajamos todos os dias, com os nossos bois, para ir trabalhar nas nossas machambas, voltando para a aldeia depois do trabalho. (Ver a canção em baixo, “Tsutsumani Ngopfu: corram, Rápido”, que esclarece esta resposta.)

P: Vocês lembram-se de alguma outra cheia no passado que tenham sido tão destrutivas como as de 1977?

R: A cheia de *Murimi* (“o cultivador”) de 1915 é a única que se acredita que tenha afectado a população da mesma maneira que a de 1977³. Houve uma outra cheia entre estas duas que, todavia, não forçou as pessoas a abandonarem as suas casas para terras mais seguras. Mesmo as cheias de 1955, que foram severas, não foram, contudo suficientemente sérias para forçar as pessoas a deixarem as suas casas para terras mais altas.

P: Parece, pelo que foi dito, que a comunidade é auto-suficiente em carne, mas quanto ao pão – há pão suficiente para a comunidade?

R: Cada aldeia comunal recebe cerca de 2.500 pães em dia sim dia não, mas isso não é suficiente para a comunidade.

³ As cheias de 2000 haviam de atingir e talvez mesmo ultrapassar o nível de *murimi* que contou com vítimas humanas em Chibuto.

P: Qual é a alimentação básica das pessoas aqui?

R: Milho

P: Como é que o pão é pago?

R: O Conselho Executivo encomenda o pão e paga – e as pessoas compram-no na padaria. O pão custa 2 meticais cada, e á vendido a 2,5 meticais cada.

P: Quem fica com o lucro?

R: O lucro vai para o Concelho Executivo, e é usado para comprar diesel para a bomba de água da cooperativa e para despesas com a alimentação dos visitantes da comunidade.

P: Onde á que aldeia obtém água para beber – existe algum poço de água aqui?

R: Existem vários poços de água na aldeia, mas uma parte da água é salobra e não é boa para beber. Um outro problema relacionado com o fornecimento de água é que, como não há cimento, os poços ficam destruídos sempre que chove. Cada bairro tem o seu próprio poço, tendo o Bairro 3, 3 poços. Contudo, um dos 3 poços que, a propósito, foi cimentado, caiu num dia chuvoso.

P: Qual é a principal cultura de cada família, houve alguma mudança no padrão de culturas desde que as pessoas se reafixaram nesta aldeia?

R: A cultura básica é o milho (depois o feijão, abóbora, amendoim, mandioca, etc.) e não houve nenhuma mudança desde que a aldeia foi fundada. Mas, voltando à questão da falta de cimento, gostaríamos de referir que há muitas pessoas na aldeia que gostariam de construir casa de cimento. Eles têm dinheiro suficiente para isso, mas não é possível fazê-lo sem cimento.

P: Que tipo de culturas são produzidas na cooperativa – por ordem de importância?

R: Milho, tomate, cebola, alho, feijão, cenoura, alface, etc. As culturas mais importantes são o milho e o tomate. Nós começámos também a plantar algodão na cooperativa mas a colheita será fraca, porque o gado desgarrado destruiu algum. Uma vez que estamos ainda ocupados com as colheitas, não sabemos qual será a quantidade de colheitas. Planeamos mudar a machamba no futuro e plantar algodão no vale onde os solos são mais apropriados, e as culturas estarão mais protegidas do gado descuidado.

P: Que produtos são produzidos para venda, e onde é que os vendem?

R: O que produzimos na cooperativa é para a venda. As famílias não produzem nenhuma cultura especificamente para venda, excepto quando há excedentes. Nesse caso, eles vendem os excedentes para comprarem outros produtos de que necessitam e que não tenham. No passado vendíamos os nossos excedentes aos comerciantes. Contudo este comércio já não é possível uma vez que (os comerciantes coloniais) deixaram o país depois da independência, e aos comerciantes locais não é permitido comprar produtos das pessoas. O governo ainda está em processo de reorganizar os canais e meios de comercialização, e entretanto, as pessoas vendem as suas colheitas excedentes a outras dentro da comunidade. Não existe uniformidade no estabelecimento de preços dos produtos que são vendidos e comprados à aldeia. Embora existissem canais de comercialização no tempo colonial, as pessoas não estavam, contudo, interessadas em vender as suas mercadorias porque os comerciantes coloniais enganavam-nos. As pessoas vendiam apenas pequenas quantidades dos seus excedentes mesmo quando houvesse uma colheita abundante, e faziam-no para obter dinheiro para comprar roupa, açúcar, sabão, sal e outros géneros. A produção de algodão nesta área, no período colonial, finalmente caiu porque os produtores sentiram que estavam a ser oprimidos e explorados pelo regime colonial.

P: A quem é que vocês vendem a produção da cooperativa?

R: A produção é vendida na aldeia – são os mesmos produtores que compram na cooperativa.

P: Quem irá comprar o algodão da cooperativa?

R: O Ministério da Agricultura forneceu-nos as sementes, e por conseguinte, espera-se que seja o Ministério a comprar o algodão.

P: Vocês sabem quanto é que o Ministério irá pagar por um Kg de algodão?

R: O Ministério pagará 12 meticais por Kg.

P: Vocês têm hoje mais ou menos homens da aldeia que vão para a África do Sul?

R: Há menos pessoas a irem para a África do Sul hoje em dia. Esta é a razão porque se vêm todos estes homens nesta encontro; é porque eles não vão mais à África do Sul. Se lhes fossem dados *bonus*

*certificates*⁴ neste momento, todos eles partiriam para a África do Sul imediatamente! No passado, um homem que estivesse de férias das minas, podia passar uns dias extra (sem a permissão do empregador) por forma a reparar ou a construir uma nova casa, e podia, depois regressar à mina sem nenhuma dificuldade. Mas hoje, se um trabalhador se atrasasse um dia a voltar para a mina, ela seria despedido! Os mineiros necessitam muitas vezes de passar mais tempo em casa para fazer determinados serviços domésticos que requerem a sua atenção particular (depois de uma ausência de 24 meses). Esta contradição aparente é muito pior hoje porque os trabalhadores só têm direito a 90 dias de férias.

P: Existem pessoas na aldeia que trabalham no CAIL?

R: Sim, existem pessoas que trabalham no CAIL, e a algumas delas foi concedido alojamento no Chókwè para que não tivessem de viajar todos os dias de um lado para outro. Os trabalhadores que tiveram alojamento no Chókwè têm as suas famílias divididas em duas partes – uma parte no Chókwè e o resto continua a residir aqui. Há trabalhadores na aldeia que viajam diariamente para o CAIL.

P: E acerca dos que viajam para o trabalho todos os dias, significa isso que são trabalhadores ocasionais de que o CAIL precisa apenas no pico da estação?

R: Alguns são trabalhadores permanentes, enquanto que outros são empregados apenas no pico da estação, por exemplo, durante as colheitas (os entrevistados não puderam dizer quantos trabalhadores da aldeia estão empregados no CAIL).

P: Os trabalhadores que estão alojados no CAIL também têm lá espaços de terra para cultivar para eles próprios?

R: Nós não temos certeza se eles têm ou não terra para cultivar, mas é duvidoso que o façam. Pensamos que eles só vão ao CAIL trabalhar porque continuam a cultivar as suas machambas na aldeia – pelo menos o resto das suas famílias que permanecem aqui continua a trabalhar nas machambas familiares.

P: Todas as famílias na aldeia possuem gado?

R: A maior parte das pessoas na aldeia não tem gado.

⁴ Um documento dado a um trabalhador migrante que dá o direito de voltar ao seu trabalho na África do Sul.

P: Qual é a percentagem daqueles que têm gado, e os que têm gado têm também charruas?

R: Se alguém tem uma junta de bois, leva 5 dias a lavrar um hectare.

P: Qual é a extensão de terra que cada família possui, e quantos hectares é que pode cultivar uma pessoa com uma charrua?

R: Cada família tem 1 ha; independentemente de ter ou não bois. Se um homem tem duas, três ou mesmo dez mulheres, então receberá 1 ha por cada mulher. A terra não era racionada antes da independência, o tamanho de terra que cada um pode cultivar depende da sua força. Contudo, a nova lei que foi aprovada depois da independência restringe cada família (homem ou mulher) a 1 ha.

P: Cada família possui, na realidade, terra de acordo com a nova lei?

R: Sim. O governo enviou para aqui pessoas treinadas que vieram parcelar os lotes de acordo com a nova lei. A razão porque isso teve de ser feito é que no tempo colonial havia pessoas que tinham mais terra do *nyaka* do que necessitavam, enquanto que outras famílias tinham muito pouca ou nenhuma terra no vale. O novo sistema de posse da terra permite que cada família na área ter acesso a terra fértil.⁵

P: Todos os chefes da aldeia possuem gado?

R: Secretário: A maior parte dos chefes da aldeia não possuem gado, mas temos que pedir à O.M.M. (Organização da Mulher Moçambicana) para responder a esta pergunta porque se há algo sobre isso, a O.M.M. tem que saber a verdadeira resposta.

Mulher: Alguns responsáveis têm gado, mas a maior parte dos chefes não tem.

P: A cooperativa possui gado?

R: Não.

P: Como é feito o cultivo na cooperativa – com enxadas ou com tractor?

R: Nós usamos bois com que cada membro da cooperativa contribui. Estes membros não recebem nada pela utilização dos seus bois.

⁵ O autor encontrou um número de *kulaks* (camponeses ricos do tipo descoberto para a literatura depois da revolução russa) perto de Guijá, que possuíam charruas e bombas de água, que não foram reassentados nas aldeias comunais, mas continuaram a fazer agricultura em grandes extensões de terras férteis nos solos do *nyaka*.

Também alugamos um tractor à *Mecanagro*, à taxa normal de pagamento: o pagamento do tractor é efectuado depois da colheita e da venda dos produtos, mas usam-se mais os bois do que o tractor. O governo está agora a desencorajar as cooperativas de recorrerem sempre aos serviços da *Mecanagro* porque tendem a acumular dívidas que no fim não conseguem pagar. A ideia agora é encorajar as cooperativas a confiar mais nas suas próprias forças, e só alugar tractores quando for absolutamente necessário.

P: Quais são os problemas que têm de ser resolvidos para garantir uma maior produtividade na cooperativa?

R: O primeiro, e o mais importante, é que a maior parte das pessoas aqui ainda não compreendeu ou aceitou a ideia geral subjacente ao movimento cooperativo, e por isso há falta de entusiasmo. Em segundo lugar, os indivíduos que emprestam os seus bois e as suas charruas à cooperativa, na realidade não cumprem as suas promessas, e mesmo quando trazem as charruas para cultivar, não fazem o trabalho com o mesmo entusiasmo que mostram nas suas próprias machambas. Eles dão muitas vezes desculpas por não completarem o trabalho que deviam fazer nesse dia, como por exemplo "...eu não pude concluir o trabalho esta manhã porque um dos meus bois não parecia estar muito bem, e podia ter caído morto se eu continuasse com o trabalho". O que isto significa é que muitos de nós na aldeia ainda não aceitamos a ideia da agricultura colectiva como um método viável de produção agrícola. A maior parte das pessoas da aldeia não aparece para trabalhar na cooperativa quando é a sua vez de o fazer, e muitas delas só aparecem agora porque estamos neste momento a colher batatas. A aldeia deve ter o seu próprio tractor como condição para uma maior produtividade. Mas a raiz do problema tem a ver com o facto de as pessoas na aldeia não estarem convencidas de que se pode obter benefícios significativos com a agricultura cooperativa.

P: De que tamanho é a vossa cooperativa?

R: É de 140 ha.

P: Quantas pessoas participam na cooperativa?

R: Solicitamos a cada Bairro 40 pessoas de cada vez para trabalhar na cooperativa, mas nunca podemos contar com mais de 25

indivíduos. O grupo que começa de manhã termina ao meio-dia, e o grupo seguinte trabalha à tarde. Em geral, uma pessoa trabalha na cooperativa uma vez por semana.

P: Como é que a produção é distribuída pelos participantes?

R: Não há distribuição da produção. A colheita é vendida para aqueles que contribuíram com o trabalho. Nós tentamos descobrir, por exemplo, o preço do milho no mercado, e cobramos aos nossos membros um pouco menos do que teriam que pagar fora da aldeia.

P: E a pessoa que tiver emprestado a sua junta de bois e charrua à cooperativa – recebe um pouco mais que os outros?

R: Depende do dinheiro disponível – de quanto é que a cooperativa pode dar.

P: Por outras palavras, isso pode significar que uma pessoa que tenha contribuído com muitas horas de trabalho na cooperativa pode acabar sem nenhum benefício por falta de dinheiro?

R: Isso pode acontecer, e esta é a razão por que decidimos reconstituir a cooperativa, de forma que a organização será baseada na filiação dos membros, em vez do actual sistema, em que todos na aldeia são solicitados a contribuir com trabalho para a cooperativa. Em todo o caso, a terra que pertence à cooperativa é tão pequena que é irrealista pensar em fazer qualquer distribuição da produção por toda a aldeia.

P: Quem é que contribui mais no trabalho da cooperativa, entre homens e mulheres, até agora?

R: As mulheres contribuem mais que os homens.

P: Porquê?

R: Existem certos homens que ficam em casa e mandam as suas mulheres trabalhar na cooperativa *porque acham que têm coisas mais importantes a fazer*. A segunda razão é que, em muitas famílias, o homem está na África do Sul, e noutras os homens trabalham no CAIL.

P: Como é que a cooperativa funciona?

R: Funciona bem, embora tenha os mesmos problemas que as cooperativas, de uma maneira geral, enfrentam em todo o país: escassez de fornecimento de alimentos – tudo o que conseguimos nunca é suficiente para toda a aldeia, o que provoca muitas vezes confusão, cuja culpa se atribui à direcção da aldeia, a quem se acusa, por exemplo, de roubar a comida em seu próprio proveito.

P: Qual é a base para a filiação na cooperativa?

R: Cada família paga um valor fixo em dinheiro ao entrar na cooperativa. A taxa foi inicialmente fixada em 50 meticais, mas este valor foi posteriormente elevado para 500 meticais. Há membros na aldeia que não conseguiram pagar este quantia.

P: Quem fornece os géneros alimentícios à cooperativa?

R: A pessoa que dirige a cooperativa é responsável por procurar fornecimentos em diferentes lugares, sendo alguns deles adquiridos em armazéns autorizados; existe um armazenista deste género em Guijá. O vestuário compra-se na Empresa Estatal em Xai Xai. A cooperativa perde muito dinheiro em transporte para trazer todos os abastecimentos para a aldeia.

P: Como é que as famílias que não pagaram a sua quota de filiação se abastecem?

R: A norma na cooperativa é que não se pode recusar a ninguém na aldeia a oportunidade de comprar comida, uma vez que tal acção só podia desencorajar as pessoas de se integrarem na cooperativa. Por isso, o que se faz é permitir que os membros que tenham saldado as suas quotas tenham prioridade no abastecimento de qualquer produto disponível, tendo os não membros de se satisfazer em comprar o que restar. Contudo, o problema real é que muitas vezes não há comida suficiente mesmo para os membros que pagaram integralmente as suas quotas!

P: Quais são as funções do Conselho Executivo – os seus membros recebem?

R: Em primeiro lugar, a Célula do Partido realiza uma reunião para decidir quais as tarefas específicas que necessitam de ser realizadas na aldeia. As decisões são então passadas para o Conselho Executivo para implementação. O Conselho é o *Governo*, e para realizar as suas tarefas, tem de criar várias comissões, por exemplo, a comissão para orientar a construção de casas, escolas, etc. Os Membros do Conselho não recebem nenhum pagamento – isso nunca aconteceu ainda.

P: E quanto à *Assembleia Popular* – existe alguma na aldeia?

R: Sim, existe uma *Assembleia do Povo* na aldeia.

[Infelizmente, por engano, o resto da conversa sobre este assunto

não foi gravado. Contudo, um dos pontos interessantes que se destacou foi que a maioria dos responsáveis tende a acumular funções, por exemplo, o presidente do Conselho Executivo é também o presidente da cooperativa de produção agrícola. As tarefas do Partido, do Conselho Executivo e da Assembleia do Povo não pareciam estar claramente definidas – parecia haver uma grande sobreposição nos papéis das estruturas].

P: A prestação de serviços de educação melhorou desde a independência, ou a situação continua na mesma?

R: A situação é muito melhor agora do que antes da independência; nesse tempo havia menos escolas do que agora, e ficavam a muitos quilómetros. Hoje, nesta aldeia as crianças não necessitam de percorrer longas distâncias visto que todas as escolas estão aqui. O único problema é que todas as nossas escolas aqui não vão para além da *quarta classe*.

P: Todas as crianças vão à escola?

R: Sim.

P: Todos os professores são da aldeia ou vêm de fora da aldeia?

R: Alguns dos professores são de fora da aldeia, mas esta assume a responsabilidade pelo seu alojamento.

P: Quantos professores existem?

R: Temos 15 professores; 11 de fora e 4 da comunidade; estes últimos estão todos casados com mulheres da aldeia.

P: Quem paga os salários dos professores?

R: É o governo.

P: A aldeia contribui com alguma coisa para o funcionamento das escolas?

R: A aldeia constrói as casas para o alojamento dos professores que vêm de fora e, de vez em quando, disponibiliza dinheiro para providenciar meios específicos para as escolas.

P: Quais são as funções da O.M.M. na aldeia?

R: Ester Mashavane (Secretária da O.M.M.): Nós temos a responsabilidade de manter a aldeia limpa e organizada.

Seleccionamos pequenos grupos de pessoas em cada Bairro para verificar as condições sanitárias dos respectivos bairros. Estes grupos aconselham as famílias acerca da higiene individual e também

servem de intermediário na resolução de disputas. Nós mobilizamos as mulheres na luta contra a poligamia, lobolo, casamentos prematuros e vários tabus e rituais que as mulheres eram forçadas a observar o passado. Sabemos que o lobolo ainda continua, mas isso é feito em segredo e as pessoas não falam sobre isso.

P: Há homens na aldeia que têm uma segunda mulher numa outra?

R: Sim, há homens que têm outra mulher fora da aldeia. Esses homens são os que possuem gado que fica num lugar chamado *mananga*, que é uma região do interior geralmente seca, mas que tem poças de água suficientes para o gado. A área é escassamente povoada, e as famílias que lá vivem são parte das famílias que se encontram em algumas aldeias comunais. Isto significa que um homem que tenha duas mulheres constrói uma casa para uma delas naquela área, e ela, em conjunto com alguns dos filhos, toma conta do gado. O governo construiu escolas em algumas dessas áreas para permitir que as crianças estudem. Mas não há nenhum homem nesta aldeia que tenha outra mulher numa outra aldeia.

P: Como é que as pessoas dividem o seu tempo entre o trabalho nas machambas, tendo em conta as longas distâncias envolvidas, e o trabalho de casa?

R: O trabalho na machamba é dividido em dois períodos: as pessoas saem de casa de manhã muito cedo e trabalham no campo até cerca do meio dia. Elas então regressam a casa para preparar as refeições, e podem voltar de novo para a machamba à tarde. O trabalho na machamba torna-se mais exigente na altura da sacha. Na época agrícola, as famílias preparam a comida de manhã e levam-na para o campo, mas deixam uma parte em casa para as crianças que estão na escola. As pessoas normalmente trabalham até ao meio dia, altura em que fazem uma interrupção para o almoço e descansam quando o sol está muito quente. Depois retomam o trabalho durante o resto da tarde, regressando à casa no fim da tarde.

Canção: *Tsutsumani Ngopfu* (Corram, Rápido!)⁶

Observação: É necessário incluir uma nota explicativa para revelar a história subjacente que inspirou a composição desta “canção aparentemente inocente”. De facto, é uma canção de protesto, usada como veículo de crítica social contra a autoridade. Enquanto que as canções de protesto contra a autoridade colonial, relacionadas com as ofensas e injustiça social de que eram vítimas, eram pronunciadas de uma maneira aberta e mais directa, as canções de protesto pós-coloniais contra a FRELIMO e as suas estruturas são muitas vezes transmitidas de uma forma indirecta e subtil. Esta canção é um exemplo do último estilo de protesto.

O autor foi informado, a título confidencial à margem das gravações, de que quando as comunidades foram transferidas das áreas de cheias ao longo do Limpopo (1977) e reassentadas em aldeias comunais longe das suas machambas, elas tiveram alguns problemas para realizar as suas actividades agrícolas. Quando as pessoas de Xombongweni, por exemplo, colocaram este problema às suas estruturas políticas, foi-lhes prometido que seria organizado um serviço de autocarros para os transportar diariamente para a machamba. Contudo, quando, de facto, os autocarros apareceram, os motoristas não permitiam que os agricultores entrassem com as suas enxadas. Uma vez que não era seguro deixar as enxadas e catanas nas machambas depois do trabalho, além do facto de que o serviço de autocarros não seria sustentável naquelas circunstâncias, a ideia não vingou.

Nesta canção, as mulheres queixam-se do facto de terem de percorrer longas distâncias entre as suas aldeias (mencionadas uma por uma na canção) e as machambas (6 Km, no caso de Ximbongweni), tendo em consideração que elas têm de procurar lenha e carregar água para preparar o jantar (ver acima). O comentário feito no fim da canção por uma das cantoras é interessante porque exalta a independência do país e a liberdade de expressão – “hoje a nossa voz é ouvida...” As cantoras protestam contra o reassentamento, mas mesmo assim “nós devemos dedicar-nos a trabalhar duramente, e com grande entusiasmo, para o nosso país, Moçambique”.

⁶ Gravada na Aldeia Comunal de Ximbongweni, Guijá, Província de Gaza por Alpheus Manghezi, 15.05.80

Canção

Tsutsumani Ngopfu

Musumi: Tsutsumani

Vapangalatani: Tsutsumani
ngopfu, dyambu se riperile

Mu: Hina-a

Vap: Kuve kule lomu hi yaka
kona

Mu: Hi fika Nyampungwane-I

Vap: Tsutsumani ngopfu,
dyambu se riperile

Mu: Hina-a

Vap: Kuve kule lomu hi yaka
kona

Mu: Hi fika Ximbongweni-I

Vap: Tsutsumani ngopfu,
dyambu se riperile

Mu: Hina-a

Vap: Kuve kule lomu hi yaka
kona

Mu: Hiya fika 7 de Abril-I

Vap: Tsutsumani ngopfu,
dyambu se riperile

Mu: Hina-a

Vap: Kuve kule lomu hi yaka
kona

Mu: Hi fika Mubangwini

Vap: Tsutsumani ngopfu,
dyambu se riperile

Mu: Hina-a

Vap: Kuve kule lomu hi yaka
kona

Corram, Rápido!

Regente: Corram

Coro: Corram, rápido, o sol já
se pôs

Regente: Nós...

Coro: É muito longe o sítio
para onde
vamos

Regente: Nós vamos até
Nyampungwani

Coro: Corram, rápido, o sol já
se pôs

Regente: Nós...

Coro: É muito longe o sítio
para onde
vamos

Regente: Nós vamos até
Ximbongweni

Coro: Corram, rápido, o sol já
se pôs

Regente: Nós...

Coro: É muito longe o sítio
para onde vamos

Regente: Nós vamos até 7 de
Abril

Coro: Corram, rápido, o sol já
se pôs

Regente: Nós...

Coro: É muito longe o sítio
para onde vamos

Regente: Nós vamos até
Mubangwini

Coro: Corram, rápido, o sol já
se pôs

<p><i>Mu:</i> Hi fika Ntomanini-I <i>Vap:</i> Tsutsumani ngopfu, dyambu se riperile <i>Mu:</i> Hina-a <i>Vap:</i> Kuve kule lomu hi yaka kona</p> <p><i>Mu:</i> Hi fika Xinyakanini-I <i>Vap:</i> Tsutsumani ngopfu, dyambu se riperile <i>Mu:</i> Hina-a <i>Vap:</i> Kuve kule lomu hi yaka kona</p>	<p><i>Regente:</i> Nós... <i>Coro:</i> É muito longe o sítio para onde vamos</p> <p><i>Regente:</i> Nós vamos até Ntomanini <i>Coro:</i> Corram, rápido, o sol já se pôs <i>Regente:</i> Nós... <i>Coro:</i> É muito longe o sítio para onde vamos</p> <p><i>Regente:</i> Nós vamos até Xinyakanini <i>Coro:</i> Corram, rápido, o sol já se pôs <i>Regente:</i> Nós... <i>Coro:</i> É muito longe o sítio para onde vamos</p>
---	--

[Uma das participantes faz o seguinte comentário durante a interpretação da canção]: *Hiwo nkarhi wa hina wa ku tsaka: a Musambiki wa hina a vuyeke, hi nga ntshuxeka. A tolo ka mukolonyi a nga hi pfumeti a kuva ku twala rito ra hina a ndzeni ka xitsungu. Namuntlha hi huma ka magaravhadore hi huma mutlulube , na hi kombisa ku tiko i la hina; li vuyile, hi fanela kuli tirhela, hi hiteka hi ntamo lowu kulu hikusa i la hina tiko: li vuyile, i Musambiki wa hina!*

[Tradução: Este é tempo da nossa alegria porque o nosso país, Moçambique, voltou para as nossas mãos. Ontem os colonos não deixavam que a nossa voz fosse ouvida no país, entre o nosso povo. Hoje nós [as nossas vozes] saímos nos gravadores e nos clubes (Rádio Clube)¹ quando celebramos a volta do nosso país, e prometemos dedicar-nos ao trabalho com muita força e entusiasmo para ele, porque é nosso. Voltou para as nossas mãos, e é o nosso país, Moçambique].

¹ Nome da Rádio Moçambique antes da independência (Rádio Clube de Lourenço Marques).

Bibliografia

Anuário de Moçambique. Lourenço Marques.

COVANE, Luis 2001: *Trabalho Migratório e Agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, Coleção Identidades; 9.

FIRST, Ruth 1998: *O mineiro moçambicano. Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*, Maputo: CEA/UEM [1ª ed. *Black Gold* 1984].

ISAACMAN, Allen 1987: Régulos, diferenciação social e protesto rural: O regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique. In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7, pp. 37-82.

ISAACMAN, Allen 1991: Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O Cultivo Forçado do Algodão em Moçambique Colonial (1930-1961). In: *Moçambique: 16 Anos de Historiografia* Vol.1. pp.195-237.

ISAACMAN, A. 1996: *Cotton is the mother of poverty*. Portsmouth [etc.].

MANGANHELE, Agostinho Rafael 1997: *Poder tradicional e sua legitimidade no contexto histórico de Gaza: Estudo de Caso de Chibuto 1897/1996*. Maputo: UEM, Dissertação de Licenciatura em História.

MANGHEZI, A. 1983: Ku Thekela: Strategies for Survival Against Famine in Southern Mozambique. In: *Mozambican Studies: Journal of the Centre of African Studies*, Maputo, 4, pp. 19-39. (Ku Thekela: Estratégias de Sobrevivência Contra a Fome no Sul de Moçambique. In: *Estudos Moçambicanos: Revista do Centro de Estudos Africanos* 4)

MANGHEZI, Alpheus 2001: Samora Machel, homem do povo. In: *Samora, homem do povo*, ed. A. Sopa pp, 127-138. Maputo: Magezo Editores.

RAFAEL, Saul Dias 2002: *Dicionário Toponímico, Histórico, Geográfico e Etnográfico de Moçambique*. Maputo: AHM.

ÍNDICE

Prefácio do autor	3
Agradecimentos	7
Entrevistas	9
1. Mahawani Khosa [nascido 1894]	11
2. Gabriel Mukavi [nascido 1901]	25
3. Mindawu Bila [nascida ca. 1910]	49
Canção: <i>Siyabonga Machele</i>	54
Tradução portuguesa: <i>Obrigado a Machel</i>	55
Canção: <i>Magostino, nuna wa mina</i>	56
Tradução portuguesa: <i>Agostinho, meu marido</i>	58
4. Maria Nqavane	61
Canção: <i>Iyo, N'wana mamani!</i>	65
Tradução portuguesa: <i>Oh, filho da minha mãe!</i>	66
5. Melisina Nhlongo	67
6. Oselina Marindzi	73
Canção: <i>Nta muka hi kwini / Aonde hei-de ir?</i>	74
7. Os Anciãos de Guijá (<i>Madoda ya Gijana</i>)	81
Os louvores de Ngungunhana	124
8. A Aldeia Comunal de Ximbongweni	125
Canção: <i>Tsutsumani Ngopfu</i>	139
Tradução portuguesa: <i>Corram, rápido!</i>	139
Bibliografia	142

Sobre o autor Alpheus Manghezi

Nascido em 1934 em Chavani, Província de Limpopo (antigamente Northern Province/Northern Transvaal) da África do Sul, onde frequentou a escola de Lemäna da Missão Suíça, Alpheus Manghezi formou-se na área de Acção Social em Johannesburg, e em Ciências Sociais e Sociologia nas Universidades de Ibádan, Nigéria e de Uppsala, Suécia, onde doutorou-se em 1976.

Exilado da África do Sul desde 1960, trabalhou em diversas actividades relacionadas com a sua especialização em Glasgow, Escócia, em Londres e na Eastern Province da Zâmbia, antes de radicar-se em Moçambique em 1976, onde integrou a primeira equipa de investigação do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, sob a direcção de Aquino de Bragança e Ruth First. Entre outros trabalhos, participou na elaboração do relatório *O Mineiro Moçambicano* (1977, 1979).

Entre 1989 e 1991 foi Director do Solomon Mahlangu Freedom College, escola no exílio do ANC na Tanzânia. Regressou à África do Sul durante a transição democrática, e trabalhou como investigador no Development Bank of Southern Africa entre 1994 e 1999.

Dedicado à recolha de testemunhos orais, recolheu, entre muitas outras, as entrevistas e canções publicadas na edição inglesa de *O Mineiro Moçambicano* (*Black Gold*-1984) e na sua reedição na língua portuguesa (Maputo, Livraria Universitária, 1998). A presente obra é constituída por entrevistas que revelam importantes momentos e detalhes da vida de camponeses e trabalhadores moçambicanos na transição sócio-económica pós-independência do país.

Arquivo Histórico de Moçambique

Colecção Documentos 6